

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO DA REDE PRIVADA

THE IMPORTANCE OF FINANCIAL EDUCATION IN PRIVATE HIGH SCHOOL

*Izabely Umbelino da Silva Santos Orientanda
Prof. Me. Matheus Rodrigues de Pontes Bomfim Orientador
Curso de Graduação em Administração/CESMAC*

RESUMO:

Este artigo analisa a importância da educação financeira no Ensino Médio da rede privada, investigando como o ensino crítico promove a autonomia dos estudantes. Diante do avanço da economia digital e de ferramentas como o Pix, discute-se a necessidade de métodos que superem a visão puramente matemática. A metodologia consiste em uma revisão bibliográfica sistemática fundamentada em autores como Savoia e Lusardi. Os resultados indicam que uma estrutura pedagógica interdisciplinar é essencial para transformar o comportamento de consumo e garantir a formação econômica assertiva dos jovens contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Financeira. Ensino Médio. Rede de ensino Privada.

ABSTRACT:

This article analyzes the importance of financial education in high school in private schools, investigating how critical teaching promotes students' autonomy. Given the advancement of the digital economy and tools such as Pix, the need for methods that overcome the purely mathematical vision is discussed. The methodology consists of a systematic bibliographic based on authors such as Savoia and Lusardi. The results indicate that an interdisciplinary pedagogical structure is essential to transform consumption behavior and guarantee the assertive economic training of contemporary youth.

KEYWORDS: Financial Education; High School; Private Schools.

INTRODUÇÃO

A educação financeira consolidou-se como elemento importante para o desenvolvimento da cidadania e da estabilidade econômica, especialmente diante da crescente digitalização dos serviços bancários e da popularização de ferramentas como Pix e carteiras digitais (SOUZA; NAVES-JÚNIOR, 2023). Nesse contexto, a desmaterialização do dinheiro exige novas formas de alfabetização financeira, preparando os indivíduos para gerir recursos em ambientes digitais cada vez mais dinâmicos.

A escolha do tema também está relacionada à trajetória pessoal da autora, que sempre estudou em escola pública e, durante sua formação, não percebia a presença da educação financeira no ambiente escolar. Na época, acreditava que estudantes da rede privada teriam maior preparo financeiro. Entretanto, observava que muitos jovens também não desenvolviam hábitos de planejamento econômico, frequentemente priorizando o consumo de bens não duráveis, como celulares e computadores, em vez de investir em educação, qualificação pessoal ou mesmo na construção de uma reserva de emergência. Essas percepções despertaram o interesse em compreender como a educação financeira vem sendo trabalhada no Ensino Médio da rede privada e quais impactos ela pode gerar na formação dos estudantes.

Sales et al. (2025), em estudo com jovens entre 16 e 18 anos, identificaram que baixos níveis de educação financeira e ausência de supervisão aumentam a vulnerabilidade a golpes e crimes virtuais relacionados às transações digitais. No ensino privado, Savoia (2020) destaca que a educação financeira deve promover transformação comportamental, enquanto Costa (2023) ressalta a importância de desenvolver pensamento crítico sobre consumo e estratégias de marketing.

Tristão e Correia (2021) apontam que gestores escolares da rede privada reconhecem a educação financeira como ferramenta importante para reduzir o endividamento familiar e contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes. A BNCC também reconhece a educação financeira como Tema Contemporâneo Transversal, recomendando sua abordagem interdisciplinar (Silva, 2021). Entretanto, fatores como pressão social, influência familiar e busca por pertencimento tornam o processo educativo mais desafiador (SOUZA, 2022).

Outro fator preocupante refere-se ao crescimento das apostas esportivas e plataformas digitais de jogos, que ampliam riscos de compulsividade, endividamento e vulnerabilidade financeira entre jovens, impulsionados muitas vezes pelo marketing de influenciadores digitais (SANTOS, 2025). Além disso, Scoassado e Plotze (2024) destacam que a ausência de educação financeira pode impactar negativamente a saúde emocional, favorecendo ansiedade, estresse e insegurança econômica.

Diante desse cenário, o problema desta pesquisa consiste em compreender de que maneira a educação financeira vem sendo desenvolvida no Ensino Médio da rede privada e quais impactos ela exerce na formação de jovens mais conscientes, críticos e preparados para lidar com decisões financeiras. A pesquisa também busca analisar se a abordagem escolar tem contribuído para prevenir o endividamento precoce, o consumo impulsivo e os impactos emocionais relacionados à falta de planejamento financeiro.

No âmbito pedagógico, Oliveira (2022) e Mendes (2021) apontam que tecnologias educacionais, simuladores financeiros e metodologias ativas, como a gamificação, tornam o ensino mais significativo e alinhado à realidade dos jovens. Assim, diante da crescente digitalização financeira e da ampliação do consumo virtual, este estudo busca analisar a importância da educação financeira no Ensino Médio da rede privada, destacando seus

impactos na formação de jovens mais conscientes, críticos e preparados para a tomada de decisões financeiras.

Como objetivos específicos, pretende-se identificar como a educação financeira é abordada no Ensino Médio da rede privada, analisar seus impactos na formação de hábitos de consumo consciente entre os jovens, verificar a influência das tecnologias digitais e das metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem e compreender a relação entre educação financeira, planejamento econômico e prevenção do endividamento juvenil.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo e exploratório, desenvolvido entre janeiro e março de 2026, com foco nas instituições privadas de Ensino Médio. O procedimento adotado foi a revisão bibliográfica narrativa, utilizando livros, artigos, dissertações e teses publicados entre 2019 e 2025, consultados nas bases Google Acadêmico e SciELO.

Foram utilizadas palavras-chave relacionadas à Educação Financeira, metodologias ativas, tecnologias digitais e comportamento financeiro juvenil. A seleção do material ocorreu por meio de leitura exploratória dos títulos e resumos, seguida da análise integral dos trabalhos mais alinhados aos objetivos da pesquisa.

Autores reconhecidos, como Savoia (2020) e Lusardi (2019), foram utilizados como suporte teórico complementar para análise crítica dos estudos mais recentes. A análise das informações ocorreu por meio da técnica de análise de conteúdo, organizada em eixos relacionados à fundamentação legal da educação financeira, metodologias ativas e impactos comportamentais nos estudantes da rede privada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A categorização dos dados ocorreu a partir da identificação dos temas mais recorrentes nas obras analisadas, considerando sua relação direta com os objetivos da pesquisa. Após a leitura e seleção do material bibliográfico, os conteúdos foram organizados conforme semelhanças temáticas e relevância para o estudo, permitindo definir os principais eixos de análise relacionados à educação financeira no contexto escolar da rede privada.

Aspectos Legais da Educação Financeira no Ensino Brasileiro

O Quadro 1 apresenta os principais marcos legais, diretrizes nacionais e recomendações internacionais que fundamentam a inserção da educação financeira no ensino brasileiro. Esse conjunto de informações demonstra o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao letramento financeiro, destacando a integração da temática aos currículos escolares, a promoção do consumo consciente e a formação cidadã dos estudantes.

Quadro 1 – Marcos legais e diretrizes da Educação Financeira no ensino brasileiro

Legislação	Objetivo	Contribuições para a Educação Financeira	Referências
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Inserir a Educação Financeira como Tema Contemporâneo Transversal	Prevê abordagem interdisciplinar e contextualizada, especialmente na área de Matemática	Brasil (2017); Bosio, Corona e Pontarolo (2023); Monteiro (2023)
Decreto nº 10.393/2020	Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF)	Promove ações de letramento financeiro, securitário, previdenciário e fiscal em âmbito nacional	Brasil (2020); Cunha (2020); Rocha-Neto (2021)
Lei nº 14.181/2021 Lei do Superendividamento	Fortalecer a proteção do consumidor e prevenir o superendividamento	Incentiva consumo consciente, transparência nas relações de crédito e educação financeira preventiva	Souza, Romão e Castro (2025)
Portaria MEC nº 502/2025 - Programa “Na Ponta do Lápis”	Estimular práticas de Educação Financeira na Educação Básica	Amplia iniciativas voltadas ao letramento financeiro, especialmente na rede pública	Comissão de Educação (2025); Ministério da Educação (2026)
Diretrizes da OCDE e INFE	Incentivar políticas públicas de educação financeira nos currículos escolares	Reforçam a importância do letramento financeiro para estabilidade econômica e cidadania	INEP (2020)
Recomendações do G20	Inserção da Educação Financeira desde a infância	Incentivam políticas educacionais voltadas à redução das desigualdades e formação financeira cidadã	INEP (2020)

Fonte: Dados da Pesquisa (2026).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, confirma explicitamente a educação financeira como um dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), tornando-a obrigatória de forma interdisciplinar e transdisciplinar nas disciplinas do ensino médio, com ênfase na macroárea de Economia para promover maior autonomia financeira e uma formação cidadã contextualizada (Bosio; Corona; Pontarolo, 2023).

Monteiro (2023) atesta que a BNCC insere a educação financeira principalmente na área de Matemática, sob a unidade temática de Números, abrangendo conceitos como juros, inflação, aplicações e impostos, de modo interdisciplinar e também considera as

dimensões culturais, sociais, políticas, psicológicas e econômicas do consumo, trabalho e dinheiro.

Complementarmente, o Decreto nº 10.393/2020 institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), articulando órgãos como Banco Central e o MEC para promover o letramento financeiro, securitário, previdenciário e fiscal em todo o país (Brasil, 2020). Contudo, autores como Cunha (2020) adotam um tom crítico sobre a ENEF, uma vez que apontam que sua formulação ocorre em estreita articulação com organismos internacionais e agentes do mercado financeiro, o que gera debates acerca da neutralidade pedagógica da política e da limitada participação social na definição dos conteúdos programáticos a serem abordados, além dos valores efetivamente difundidos nas escolas. Conforme destaca Rocha-Neto (2021), embora se observe um crescimento das iniciativas relacionadas ao tema no país, sua efetiva implementação ainda enfrenta problemas, entre os quais se destacam a formação adequada dos professores e a inserção adequada da educação financeira nos currículos escolares.

A Portaria MEC nº 502/2025 instituiu o ‘Na Ponta do Lápis’ como um programa que estimula a educação financeira na educação básica, com foco na rede pública. Entretanto destaca-se o desafio e a importância de também abranger as escolas de ensino médio da rede privada de educação (Comissão de Educação, 2025; Ministério da Educação, 2026). Nesta perspectiva, Savoia, Saito e Santana (2007) apontam que a educação financeira não deve ser compreendida como uma responsabilidade unicamente atribuída ao Estado, mas também como uma ação de interesse compartilhado entre agentes públicos, o setor privado e o terceiro setor, para assim aumentar o alcance e o impacto das iniciativas educacionais neste tema.

Segundo Holanda (2025), mesmo no Ensino Médio público, a implementação da educação financeira enfrenta obstáculos importantes e recorrentes, como a falta de formação específica para professores, a escassez de recursos didáticos adequados e a abordagem transversal prevista na BNCC, que a torna superficial e irregular, agravados pela ausência de diretrizes obrigatórias e pela desigualdade socioeconômica regional. Cabe aqui destacar que adaptar tais conteúdo para o Ensino Médio privado não elimina tais gargalos. Ou seja, mesmo que as escolas particulares detenham autonomia administrativa e gestão própria dos recursos, existem algumas nuances próprias como a priorização de conteúdo para o ENEM e outros vestibulares, em detrimento de uma formação alinhada às demandas esperadas pela sociedade civil (Pacheco; Moreno; Pacheco, 2018).

Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), instituições como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e a INFE (Rede Internacional de Educação Financeira) reforçam, a nível mundial, que a educação financeira é necessária para assegurar a estabilidade e segurança econômica (INEP, 2020).

Na visão de Khalil (2021), a educação financeira exerce influência no fortalecimento das dimensões econômicas, políticas e sociais, na medida em que é capaz de promover maior conscientização sobre o uso responsável dos recursos disponíveis e também estimula a participação cidadã. Portanto, ao ampliar o conhecimento financeiro desde a infância, os indivíduos desenvolvem competências relacionadas ao planejamento, à autonomia e à compreensão crítica das desigualdades econômicas, tornando-se mais preparados para atuar de forma consciente na sociedade.

Além de fortalecer competências relacionadas ao planejamento e à autonomia, a educação financeira também se apresenta como importante mecanismo de prevenção ao superendividamento, especialmente após a promulgação da Lei nº 14.181/2021,

conhecida como Lei do Superendividamento. A legislação reforça o direito à informação clara e ao consumo consciente, estimulando práticas educativas que auxiliem os consumidores a compreender sua realidade econômica, evitar o comprometimento excessivo da renda e adotar decisões financeiras mais responsáveis (Souza; Romão; Castro, 2025).

Neste sentido, diversos líderes do G20 concordam com a incorporação destes conhecimentos nos currículos escolares desde a infância (INEP, 2020). Desta forma, mais de 60 países seguem essa orientação, integrando-a a políticas públicas que reduzem desigualdades e preparam jovens para decisões financeiras, destacando-se também a necessidade de dados confiáveis para o monitoramento contínuo e a adoção de melhorias concretas nas legislações internacionais em vigor (INEP, 2020).

Os problemas citados anteriormente dialogam com os resultados do estudo no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) em 2018, onde destacou-se que a educação financeira formal em sala de aula apresentou efeito negativo no letramento financeiro de adolescentes brasileiros (Furtini et al., 2025). Corrêa e Matos (2025), destacaram que o Brasil apresentou um desempenho classificado como “ruim” nas avaliações PISA de educação financeira em 2015 (último lugar), 2018 e 2022 (entre os três últimos, superando apenas Arábia Saudita e Malásia), com média de 416 pontos contra 498 da OCDE.

Campos, Coutinho e Figueiredo (2019) mencionam que, apesar da implementação da ENEF, observou-se um crescimento do consumo e do endividamento das famílias brasileiras e assim existem limitações no ensino de Educação Financeira, que muitas vezes foca apenas em conteúdos técnicos. Assim, destaca-se a importância da vertente comportamental, fundamentada na economia comportamental, ao considerar que as decisões financeiras são influenciadas por fatores psicológicos, sociais e culturais relacionados ao consumismo, ao uso do crédito e à tomada de decisão impulsiva.

Estes resultados refletem as fragilidades no conhecimento financeiro da juventude, associadas à baixa inclusão curricular, desigualdades regionais e hábitos inadequados como o uso do cartão de crédito como extensão da renda, demandando políticas públicas que priorizem iniciativas pedagógicas adaptadas às disparidades sociais. Isso evidencia que a mera exposição aos conteúdos, sem engajamento ativo e desenvolvimento de habilidades metacognitivas, não gera ganhos e pode até comprometer o desempenho, reforçando a necessidade de reformulação pedagógica urgente tanto na rede pública quanto na esfera privada (Furtini et al., 2025).

Conforme evidenciado por Barbosa e Santos (2006), a crescente digitalização dos hábitos financeiros juvenis tem aproximado práticas de investimento especulativo e apostas online de dinâmicas gamificadas, caracterizadas por recompensas aleatórias, progressão por níveis e estímulos que favorecem comportamentos impulsivos, especialmente entre adolescentes e jovens adultos. Tais situações evidenciam limitações da educação financeira tradicional, historicamente centrada na organização orçamentária e na poupança, que se mostra insuficiente para preparar os estudantes diante dos riscos inerentes à economia digital contemporânea.

Assim, na visão de Pereira e Carlos (2025) a Educação Financeira deveria assumir uma perspectiva interdisciplinar e contextualizada, ultrapassando a abordagem focada em matemática para incorporar dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais presentes nas questões financeiras do dia a dia. Nesse sentido, a Educação Financeira passaria a contemplar temas como consumo consciente e sustentável, responsabilidade social, compreensão do sistema econômico, planejamento financeiro, controle do endividamento e análise crítica das práticas de consumo, permitindo que os estudantes relacionem conhecimentos escolares às situações reais vivenciadas.

Para além, Borges, Carvalho e Miranda (2024), destacam que a proposta de transversalidade da Educação Financeira prevista na BNCC pode comprometer sua efetividade quando não há definição clara das responsabilidades pedagógicas em cada componente curricular. Embora a integração interdisciplinar seja considerada importante, a ausência de diretrizes específicas e de um direcionamento tende a fragilizar a implementação das práticas educativas, dificultando tanto a elaboração de estratégias pedagógicas quanto a avaliação dos resultados no processo de ensino-aprendizagem (Souza; Ribeiro, 2024).

Complementarmente, Sousa, Lobão e Freitas (2023) observaram que os professores reconhecem a relevância da Educação Financeira e demonstrem conhecimento acerca das orientações da BNCC para sua abordagem transversal, mas observa-se que sua implementação prática ainda enfrenta diversos desafios institucionais e pedagógicos. Entre os principais gargalos destacam-se a insuficiente adequação curricular, a ausência de projetos integradores, o baixo incentivo institucional e as limitações relacionadas à formação docente para o desenvolvimento de práticas interdisciplinares.

Na visão de Pinto (2023), apesar do crescimento das iniciativas de Educação Financeira no Brasil, observa-se que a atuação do Estado ainda se mostra insuficiente diante da crescente necessidade de formação financeira da população. Embora existam políticas públicas e parcerias voltadas à disseminação desse conhecimento, muitas ações permanecem pouco acessíveis e limitadas em alcance, especialmente para grupos socialmente vulneráveis. Além disso, o avanço das mídias sociais como espaços de divulgação de conteúdos financeiros evidencia a necessidade de maior regulação e orientação institucional, a fim de reduzir a disseminação de informações inadequadas ou conflitantes, sobretudo entre os adolescentes e jovens (Pinto, 2023).

A expansão do Pix evidencia a crescente digitalização das práticas financeiras entre os jovens, impulsionada principalmente pela familiaridade dessa geração com *smartphones*, aplicativos bancários e ambientes digitais (Cavalheiro, 2025). Tal sistema consolidou-se como uma ferramenta simples e democrática, favorecendo a inclusão financeira e aproximando os usuários do sistema bancário formal. Entretanto, embora o avanço do Pix amplie a praticidade das transações cotidianas, também impõe questões relacionados à segurança digital, especialmente diante do aumento de fraudes e da necessidade de maior conscientização financeira dos usuários (Cavalheiro, 2025).

A análise narrativa das produções selecionadas permitiu identificar alguns eixos temáticos recorrentes na literatura científica sobre Educação Financeira no Ensino Médio brasileiro. Entre os principais temas encontrados destacam-se: a consolidação dos marcos legais da Educação Financeira; as dificuldades de implementação curricular; a insuficiente formação docente; a influência das tecnologias digitais e das redes sociais sobre o comportamento financeiro juvenil; além da necessidade de metodologias interdisciplinares e críticas voltadas ao desenvolvimento da autonomia financeira dos estudantes. Observou-se também que parte das pesquisas aponta limitações na efetividade das políticas públicas existentes, especialmente no que se refere à aplicação prática da Educação Financeira no cotidiano escolar.

Uso de metodologias ativas em Educação Financeira e o impacto comportamental

As metodologias ativas, aliadas às tecnologias digitais, podem auxiliar no enfrentamento de desafios recorrentes do Ensino Médio, como a falta de motivação e o baixo envolvimento dos estudantes, ao promoverem um ensino mais dinâmico,

participativo e alinhado à realidade juvenil (Valente; Almeida; Geraldini, 2017). Além disso, essas práticas estão em consonância com políticas educacionais brasileiras, como a Constituição Federal, a LDB e a BNCC, que defendem uma formação voltada ao desenvolvimento integral, à autonomia e ao pensamento crítico dos estudantes (Souza; Ribeiro, 2024).

O Quadro 2 apresenta um resumo das principais metodologias ativas utilizadas no ensino de Educação Financeira, destacando suas características pedagógicas, contribuições para a aprendizagem e impactos comportamentais observados nos estudantes. Nesse contexto, estratégias como aprendizagem baseada em projetos, estudos de caso, gamificação e sala de aula invertida aproximam os conteúdos da realidade dos alunos, favorecendo reflexões sobre consumo, investimentos, planejamento financeiro e uso consciente do dinheiro. Assim, os estudantes deixam de assumir posição passiva e passam a atuar ativamente na construção do próprio conhecimento (Oliveira, 2021).

Quadro 2 - Metodologias Ativas em Educação Financeira e seus Impactos Comportamentais no Ensino Médio

Metodologia Ativa	Características principais	Contribuições para a Educação Financeira	Autores
Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP)	Utiliza situações-problema contextualizadas para estimular análise e tomada de decisão	Desenvolve pensamento crítico, análise de riscos financeiros e participação ativa dos estudantes	Viana (2023)
Aprendizagem Baseada em Projetos (ABPj)	Envolve investigação, planejamento, produção e socialização de resultados	Favorece autonomia, interdisciplinaridade, protagonismo estudantil e aprendizagem colaborativa	Galetti et al. (2021); Boito (2025)
Gamificação	Uso de desafios, rankings, recompensas e elementos lúdicos digitais	Aumenta motivação, engajamento e compreensão de conceitos financeiros	Curvo e Leão (2024); Assis et al. (2024)
Jogos Educativos e Simulações	Aplicação de jogos sérios e simuladores financeiros em situações práticas	Estimula hábitos financeiros conscientes e tomada de decisão responsável	Santicioli (2020); Cirqueira et al. (2025)
Sala de Aula Invertida	Conteúdos são estudados previamente e os encontros presenciais focam em práticas e debates	Promove aprendizagem ativa, colaboração e aproximação com situações reais	Sanches, Batista e Marcelino (2021)
Storytelling Pedagógico	Uso de narrativas e personagens próximos ao universo juvenil	Facilita a contextualização dos conteúdos financeiros e aumenta o interesse dos estudantes	Sardo e Calvete (2025)

Podcasts Educacionais	Produção de conteúdos em áudio pelos próprios estudantes	Desenvolve criatividade, oralidade, autonomia e protagonismo	Lyrio (2023)
RPG Educacional	Simulação de papéis e cenários financeiros fictícios	Favorece reflexão crítica, autonomia e aprendizagem experiencial	Cirqueira et al. (2025)
Tecnologias Digitais e TICs	Uso de plataformas digitais, aplicativos, planilhas e simuladores	Torna o ensino mais dinâmico, contextualizado e próximo da realidade dos jovens	Brandt (2025); Galetti et al. (2021)
Teoria das Situações Didáticas e Engenharia Didática	Sequências didáticas baseadas em problemas do cotidiano	Articula Matemática Financeira com tomada de decisão consciente	Kuntz (2019)

Fonte: Dados da Pesquisa (2026).

Apesar do crescimento das discussões sobre Educação Financeira e metodologias ativas no contexto escolar, observa-se escassez de estudos voltados especificamente ao ensino privado. Grande parte das pesquisas concentra-se na rede pública, embora estudantes da rede particular também apresentem dificuldades relacionadas ao planejamento financeiro e ao conhecimento prático sobre investimentos, mesmo possuindo, em geral, maior renda familiar e acesso à mesada (Topolski; Santos, 2025).

Ferreira (2019) aponta que esse cenário pode estar relacionado ao maior incentivo à pesquisa científica na rede pública, especialmente por meio de bolsas e programas vinculados aos mestrados profissionais em Educação Básica. Dessa forma, a produção científica tende a concentrar-se nas escolas públicas, enquanto a rede privada permanece menos explorada como campo de investigação (Costa; Pereira, 2023).

Ainda assim, os estudos analisados demonstram que práticas como jogos educativos, simuladores financeiros e resolução de problemas favorecem ambientes dialógicos e participativos, estimulando autonomia, pensamento crítico e tomada de decisão consciente. Tais metodologias contribuem para reflexões sobre consumo, endividamento, aposentadoria e uso do crédito, aproximando a Educação Financeira das experiências cotidianas dos estudantes (Hartmann; Mariani; Maltempi, 2021).

Os estudos analisados evidenciam que metodologias ativas e tecnologias digitais têm contribuído significativamente para o ensino de Educação Financeira no Ensino Médio. Kuntz (2019), por exemplo, desenvolveu uma sequência didática fundamentada na Teoria das Situações Didáticas e na Engenharia Didática, utilizando problemas contextualizados para promover o letramento financeiro e a tomada de decisões conscientes.

Já Viana (2023) aplicou a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) em uma Unidade de Ensino Potencialmente Significativa (UEPS) voltada à área de investimentos, envolvendo conteúdos como juros, inflação, impostos e análise de riscos. Os resultados indicaram melhora na compreensão conceitual dos estudantes e desenvolvimento da capacidade crítica diante de decisões financeiras.

A Aprendizagem Baseada em Projetos (ABPj) também apresentou resultados positivos no ensino de Educação Financeira. Galetti et al. (2021) destacam que essa metodologia favorece investigação, planejamento e aplicação prática dos conhecimentos financeiros, especialmente quando associada às Tecnologias da Informação e

Comunicação (TICs). Em uma escola privada do interior de São Paulo, os estudantes participaram de pesquisas, utilizaram plataformas digitais e organizaram workshops sobre planejamento financeiro e investimentos. Resultados semelhantes foram encontrados por Boito (2025), que observou maior protagonismo estudantil, autonomia e reflexão sobre hábitos de consumo, sustentabilidade e responsabilidade social.

O uso de jogos e gamificação também se mostrou relevante. Santicioli (2020) implementou o curso “Educação Financeira através de Jogos”, utilizando os jogos “Orçamento Consciente” e “Renda Passiva”, os quais estimularam a aprendizagem prática sobre planejamento financeiro e investimentos. Curvo e Leão (2024) ressaltam que elementos como desafios, rankings e recompensas tornam as aulas mais atrativas e participativas. Nesse contexto, Assis et al. (2024) destacam a plataforma Kahoot! como ferramenta útil para quizzes interativos relacionados a consumo consciente, sustentabilidade e planejamento financeiro.

Outras estratégias digitais também demonstraram potencial pedagógico. Lyrio (2023) verificou que a produção de podcasts financeiros por estudantes favoreceu autonomia, criatividade, oralidade e trabalho colaborativo. Toledo et al. (2024) apontaram que vídeos e memes aproximaram os conteúdos da realidade juvenil, ampliando o protagonismo e a reflexão crítica sobre endividamento e ética financeira. Paralelamente, Cavalcanti e Tavelin Filho (2021) observam que redes sociais e influenciadores digitais ampliam o acesso às informações financeiras, embora também possam disseminar conteúdos inadequados ou manipulativos.

A Sala de Aula Invertida também apresentou resultados positivos. Sanches, Batista e Marcelino (2021) observaram melhora no desempenho em conteúdos relacionados a juros e porcentagem, além de maior consciência financeira, por meio do uso prévio de videoaulas e atividades práticas com aplicativos de controle financeiro. Já Sardo e Calvete (2025) destacam o uso do storytelling pedagógico no projeto “Educação Financeira nas Escolas”, enquanto Cirqueira et al. (2025) identificaram que o RPG “Saga Financeira” favoreceu autonomia e reflexão sobre planejamento financeiro e endividamento.

Apesar dos avanços, Prado e Marin (2025) destacam desafios persistentes, como a insuficiente formação docente, limitações no acesso às tecnologias digitais e a permanência de avaliações tradicionais desconectadas da realidade dos estudantes. Além disso, Rodrigues, Freitas e Freitas (2024) apontam que problemas financeiros podem impactar a saúde mental dos jovens, gerando ansiedade, estresse e insegurança econômica. Prado (2025) ressalta ainda a escassez de pesquisas que considerem fatores como gênero, raça e classe social, bem como estudos longitudinais que acompanhem mudanças permanentes nos hábitos financeiros dos estudantes.

Os estudos também evidenciam que a Educação Financeira contribui para o desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes, fortalecendo competências como responsabilidade, autonomia e planejamento pessoal (Gonçalves; Barros; Costa, 2022). Além disso, Frisancho (2023) destaca que os conhecimentos adquiridos na escola podem influenciar positivamente o ambiente familiar, ampliando hábitos financeiros mais conscientes. Por fim, Sousa (2023) aponta diferenças geracionais no comportamento financeiro, observando que a Geração Z possui maior familiaridade com tecnologias e investimentos digitais, embora apresente hábitos de poupança menos consolidados.

CONCLUSÃO

Este estudo reafirma a importância da educação financeira no Ensino Médio da rede privada diante dos desafios da economia digital e da crescente complexidade das transações financeiras, como o Pix. Observou-se que metodologias críticas, interdisciplinares e o uso de tecnologias digitais são importantes para desenvolver a autonomia e a tomada de decisões conscientes pelos estudantes.

Nota-se que a abordagem baseada apenas em conceitos matemáticos tradicionais é insuficiente para preparar os jovens para os riscos e oportunidades do cenário financeiro atual, tornando necessário o investimento em metodologias ativas e em conteúdos que contemplem aspectos sociais, culturais e emocionais das finanças pessoais.

Além disso, destaca-se a necessidade de alinhamento curricular, formação docente e políticas institucionais que fortaleçam a transversalidade da educação financeira prevista na BNCC. Por fim, reforça-se a importância de novas pesquisas que acompanhem os impactos das práticas pedagógicas na formação financeira e emocional dos jovens ao longo do tempo.

Para a autora, o desenvolvimento deste estudo contribuiu para ampliar a compreensão sobre a importância da educação financeira na formação dos jovens e na construção de hábitos mais conscientes relacionados ao consumo e ao planejamento econômico. A pesquisa também possibilitou uma reflexão crítica acerca das experiências vivenciadas ao longo da trajetória escolar, evidenciando a necessidade de maior inserção da educação financeira no ambiente educacional. Além do crescimento acadêmico, o estudo proporcionou aprendizado pessoal sobre organização financeira, responsabilidade no uso do dinheiro e relevância da educação para a tomada de decisões mais seguras e equilibradas no cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, P. M. S. et al. Aprendizagem Colaborativa e Educação Financeira: Equidade e sustentabilidade no ensino médio brasileiro. *Revista de Estudos Aplicados em Educação*, v. 9, p. 20249570, 30 dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.13037/rea-e.vol9.9570>. Acesso em 10. abr. 2026.

AUDIÊNCIA PÚBLICA EXTRAORDINÁRIA. Comissão de Educação, Câmara dos Deputados. Implementação de educação financeira nas escolas públicas. Brasília, DF, 27 maio 2025. Transcrição final. Disponível em: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/pdf/75915?isTaquiografia=false>. Acesso em: 3 maio 2026.

BARBOSA, J. V. M.; SANTOS, L. M. Investir ou apostar? Riscos digitais, criptoativos e juventude na literatura científica (2010–2025). *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 12, n. 2, p. 1–11, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v12i2.24030>. Acesso em 11. abr. 2026.

BOITO, P. Educação financeira crítica: uma abordagem associada à aprendizagem baseada em projetos. 2025. 201 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ensino de Ciências e Matemática, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2025.

BORGES, A. A. C.; CARVALHO, P. S.; MIRANDA, S. C. A Educação Financeira e o processo de ensino-aprendizagem na Educação Básica. *Boletim Cearense de Educação e História da Matemática*, v. 11, n. 33, p. 1-21, 14 nov. 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/BOCEHM/article/view/12996>. Acesso em 14. abr. 2026.

BOSIO, Q. F. F.; CORONA, H. M. P.; PONTAROLO, E. Educação Financeira: abordagem interdisciplinar dirigida pela transdisciplinaridade. *Educere et Educare*, v. 18, n. 45, p. 557-577, 22 nov. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/educare.v18i45.30593>. Acesso em 16. abr. 2026.

BRANDT, F. G. Educação Financeira no ensino médio: estratégias para formação de hábitos de consumo consciente. *Revista Tópicos*, v. 26, n. 3, p. 1-22, 28 out. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17460723>. Acesso em 12. abr. 2026.

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jun. 2020. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2010.393-2020?OpenDocument. Acesso em: 3 maio 2026.

CAMPOS, C. R.; COUTINHO, C. Q. S.; FIGUEIREDO, A. C. A vertente comportamental da educação financeira. *Revista Brasileira de Educação em Ciências e Educação Matemática*, v. 3, n. 2, p. 595, 29 ago. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33238/ReBECM.2019.v.3.n.2.22614>. Acesso em: 1 maio 2026.

CAVALCANTI, A. E. L. W.; TAVELIN-FILHO, N. G. Aplicativos de gestão e influenciadores financeiros nas redes sociais como mecanismos de propagação da educação financeira. *Revista Juris Poiesis*, v. 24, n. 36, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/jp.v24i36.10267>. Acesso em: 2 maio 2026.

CAVALHEIRO, L. R. O Pix como instrumento de inclusão financeira e digitalização dos pagamentos no Brasil. 2025. 19 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2025.

CIRQUEIRA, B. L. P. et al. Gamificação no ensino de Educação Financeira: estratégias de RPG para o planejamento financeiro de estudantes do ensino médio. *Observatório de La Economía Latinoamericana*, v. 23, n. 4, p. 9499, 7 abr. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/oelv23n4-050>. Acesso em 18. abr. 2026.

CORRÊA, L. F. C.; MATOS, P. R. F. Educação financeira necessária para tomar decisões sólidas. *Brazilian Review of Finance*, v. 23, p. 202507, 25 abr. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/rbfin.v23n1.2025.92742>. Acesso em 20. abr. 2026.

COSTA, M. A.T. C.; PEREIRA, M. V. M. A invisibilidade da rede privada de ensino nas pesquisas da educação musical e da educação básica. In: *ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DA ABEM*, 14., 2024, Vitória. Anais [...] . Vitória: Abem, 2024. p. 1-12.

CUNHA, M. P. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 41, p. 218463, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.218463>. Acesso em 24. abr. 2026.

CURVO, E. F.; LEÃO, M. F. A gamificação como estratégia de ensino para a Educação Financeira na Educação Básica. *Coinspiração - Revista dos Professores Que Ensinam Matemática*, v. 7, p. 2024015, 21 out. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.61074/CoInspiração.2596-0172.e2024015>. Acesso em 12. abr. 2026.

FERREIRA, L. E. Mestrados Profissionais em Rede Nacional. 2019. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

FRISANCHO, V. Spillover effects of financial education: the impact of school-based programs on parents. *Journal of Financial Literacy and Wellbeing*, v. 1, n. 1, p. 138-153, abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/flw.2023.2>. Acesso em 22. abr. 2026.

FURTINI, A. A. S. et al. Alfabetização financeira entre os adolescentes brasileiros no PISA: o papel da educação financeira. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 18, n. 9, p. 20918, 18 set. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.9-226>. Acesso em 29. abr. 2026.

GALETTI, A. et al. Educação Financeira: uma proposta de implementação das TICS no contexto da aprendizagem baseada em projetos (ABPj). *Revista Ciência em Evidência*, v. 2, n. 2, p. 75-90, 2 maio 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47734/rce.v2i2.1894>. Acesso em 28. abr. 2026.

GONÇALVES, E. M.; BARROS, R. S.; COSTA, M. S. A educação financeira e suas contribuições para a formação social e construção dos projetos de vida dos alunos do ensino médio. *Conjecturas*, v. 22, n. 16, p. 1192-1204, 2 dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.53660/CONJ-2106-2U03>. Acesso em 22. abr. 2026.

HARTMANN, A. L. B.; MARIANI, R. C. P.; MALTEMPI, M.V. Educação Financeira no Ensino Médio: uma análise de atividades didáticas relacionadas a séries periódicas uniformes sob o ponto de vista da Educação Matemática Crítica. *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, v. 35, n. 70, p. 567-587, maio 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4415v35n70a02>. Acesso em 23. abr. 2026.

HOLANDA, P. C. V. A necessidade da implantação da educação financeira no currículo obrigatório do ensino médio. 2025. 40 f. Monografia (Especialização) - Curso de Matemática Comercial, Contábil, Econômica, Atuarial e Financeira, Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Recife, 2025.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. PISA 2021: matriz de referência de análise e de avaliação de letramento financeiro. Brasília: MEC, 2020. 68 p.

KHALIL, M. Financial citizenship as a broader democratic context of financial literacy. *Citizenship, Social and Economics Education*, v. 20, n. 1, p. 3-16, 28 ago.

2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2047173420948411>. Acesso em 20. abr. 2026.

KUNTZ, E. R. A Matemática Financeira no Ensino Médio como fator de fomento da educação financeira: resolução de problemas e letramento financeiro em um contexto crítico. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

LYRIO, D. M. N. Como o podcast pode ser uma ferramenta facilitadora no ensino e na aprendizagem da Educação Financeira. 2023. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Na Ponta do Lápis. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/na-ponta-do-lapis>. Acesso em: 04 maio 2026.

MONTEIRO, D. M. M. Educação Financeira no Ensino Médio Rondonópolis. 2023. 50 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional – PROFMAT, Universidade Federal de Rondonópolis, Rondonópolis, 2023.

OLIVEIRA, V. Projetos e Educação Financeira: diálogos possíveis. Em Teia | Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana, v. 12, n. 2, p. 1-25, 13 jul. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/emteia/article/view/250170/pdf_1. Acesso em: 01 maio 2026.

PACHECO, M. S.; MORENO, T. M.; PACHECO, P. M. O quê e a quem se quer ensinar: análise das propostas pedagógicas, missões e valores das escolas com os melhores resultados no ENEM. Interfaces da Educação, v. 9, n. 26, p. 270-290, 27 nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.26514/inter.v9i26.3041>. Acesso em: 22. abr. 2026.

PEREIRA, P. E. D.; CARLOS, D. S. S. V. Educação financeira: uma análise a partir da educação popular e da educação matemática. Revista Foco, v. 18, n. 7, p. 9145, 10 jul. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n7-031>. Acesso em 20. abr. 2026.

PRADO, A. M. R. Um panorama da educação financeira no ensino médio pós-pandemia. 2025. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (Mestrado Profissional), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2025.

PRADO, A. M. R.; MARIN, D. Perspectivas e desafios da Educação Financeira no Ensino Médio pós-pandemia: uma análise qualitativa de produções acadêmicas (2022-2024). Cadernos da Fucamp, v. 47, p. 135-152, 2025. Disponível em: <http://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/download/3912/2563>. Acesso em 18. abr. 2026.

ROCHA-NETO, J. ENEF e BNCC: análise de vínculo para uma educação financeira na educação básica. 2021. 73 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Matemática, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Itapetininga, 2021.

RODRIGUES, A; FREITAS, C. R.; FREITAS, C. L. Educação financeira para jovens e adultos: um estudo sobre conhecimento, endividamento e impacto psicossocial. *Revista de Gestão e Secretariado*, v. 15, n. 10, p. 4353, 28 out. 2024. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4353>. Acesso em 18. abr. 2026.

SALES, C. J. S. et al. Geração ‘Z’ e o sistema financeiro: educação financeira, segurança da informação e a vulnerabilidade. *Brazilian Journal of Development*, v. 11, n. 12, p. e84245, 3 dez. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv11n12-009>. Acesso em: 17. abr. 2026.

SANCHES, R. M. L.; BATISTA, S. C. F.; MARCELINO, V. S. Educação Financeira no Ensino de Matemática Financeira: uma experiência com sala de aula invertida no curso normal a nível médio. *Em Teia | Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, v. 12, n. 2, p. 1-25, 13 jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2177-9309.2021.250339>. Acesso em: 12. abr. 2026.

SANTICIOLI, J. S. Educação financeira no ensino médio: uma proposta assistida por jogos sérios. 2020. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SANTOS, K. J. Educação Financeira como Prevenção: apostas legais e os desafios da educação em Foz do Iguaçu. 2025. 66 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração Pública e Políticas Públicas, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2025.

SARDO, I. E.; CALVETE, C. S. Educação Financeira nas Escolas: como se precaver de armadilhas, remediar problemas e planejar o resto. *Revista da Extensão*, Porto Alegre, p. 58-64, 2026. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/306633/001303020.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14. abr. 2026.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 15. abr. 2026.

SCOASSADO, A. P. O. V.; PLOTZE, R. A educação financeira como estratégia para gestão financeira pessoal e melhor qualidade de vida dos jovens. *Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade*, v. 17, n. 1, p. 158-182, 28 mar. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.14571/brajets.v17.n1.158-182>. Acesso em: 18. abr. 2026.

SOUSA, N. N. Educação financeira e as decisões de poupança, investimento e Endividamento: um estudo comparativo entre os Millennials e a Geração Z. 2023. 2023

f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

SOUSA, R. A.; LOBÃO, M. S. P.; FREITAS, R. G. A. Financial education in the light of the BNCC: conceptions of professional and technological teachers. *Educação e Pesquisa*, v. 49, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349251296eng>. Acesso em: 2. abr. 2026.

SOUZA, J. H. A.; RIBEIRO, M. S. S. Metodologias Ativas e Protagonismo Juvenil no Ensino Médio. *Revista Ciências Humanas*, v. 17, n. 2, p. 85-98, 7 out. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2024.v17.n2.a1048>. Acesso em: 9. abr. 2026.

SOUZA, R. S.; ROMÃO, A. F.; CASTRO, L. B. C. A força simbólica da educação financeira nas relações de superendividamento consumeristas. *Revista Juris Verdi*, v. 2, n. 1/1, p. 1-29, 9 set. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.63835/ds5w3w35>. Acesso em: 8. abr. 2026.

SOUZA, V. S.; NAVES-JUNIOR, C. H. Sistema financeiro e livre comércio no século XXI: apontamentos sobre o advento das criptomoedas, finanças descentralizadas e o desafio da segurança pública brasileira em um cenário de expansão do mercado global. *Revista da ESMESC*, v. 30, n. 36, p. 134-154, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/revistadaesmesec.v30i36.p134>. Acesso em: 4. abr. 2026.

TOPOLSKI, S. L.; SANTOS, L. A. Educação financeira: uma comparação perceptiva dos estudantes do ensino médio público e privado. *Disciplinarum Scientia - Ciências Sociais Aplicadas*, v. 21, n. 1, p. 195-208, 27 mar. 2025. Disponível: <https://doi.org/10.37778/dscsa.v21i1.5226>. Acesso em: 11. abr. 2026.

TRISTÃO, P. A.; CORREA, A. C. Educação Financeira: um estudo multicase sobre a adequação de algumas escolas e a percepção de seus coordenadores pedagógicos. *Revista de Educação Matemática*, v. 18, p. e021026, 1 jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.37001/remat25269062v18id496>. Acesso em: 19. abr. 2026.

VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B.; GERALDINI, A. F. S. Metodologias ativas: das concepções às práticas em distintos níveis de ensino. *Revista Diálogo Educacional*, v. 17, n. 52, p. 455, 26 jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/1981-416x.17.052.ds07>. Acesso em: 9. abr. 2026.

VIANA, S. L. S. Aprendizagem Baseada em Problemas: uma proposta metodológica para o ensino de educação financeira no ensino médio por meio de unidades de ensino potencialmente significativas. 2023. 459 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.